

Planejamento apriorístico para a escrita argumentativa: interfaces entre a Linguística Textual, a Teoria da Argumentação da Língua e a Filosofia

A priori planning for argumentative writing: interfaces between Text Linguistics, Language Argumentation Theory and Philosophy

Janine Maria Rocha da Silva¹

Fábio André Cardoso Coelho²

Resumo: Este estudo propõe refletir sobre o *planejamento apriorístico*, uma expressão que se relaciona ao ato de escrever, de argumentar, estabelecendo um diálogo com algumas ideias da Filosofia, mais precisamente de Immanuel Kant. A hipótese é de que a aplicação desse tipo de planejamento pode, do ponto de vista racional, auxiliar os alunos no processo e na construção de uma escrita argumentativa. Do ponto de vista teórico e metodológico, tomamos como base as leituras de Cabral (2008), Adam (2011), Charaudeau (2016), Kant (2001), Silva (2017), Marcuschi (2008), Koch; Elias (2016), Coelho (2016), Emediato (2007) e outros. O *corpus* analisado compreende alguns trechos de redações do ENEM 2015, que teve como tema "A persistência da violência contra a

mulher na sociedade brasileira". A escolha temática se deve em função da grande relevância social, dada a sua recorrência nos espaços midiáticos e por compreender um assunto que vem se tornando cada vez mais um problema grave: a misoginia.

Palavras-chave: Linguística Textual; Teoria da Argumentação da Língua; Filosofia; Escrita; Planejamento apriorístico

Abstract: This study proposes to reflect on a priori planning, an expression that is related to the act of writing, of arguing, establishing a dialogue with some ideas of Philosophy, more precisely of Immanuel Kant. The hypothesis is that the application of this type of planning can, from a rational point of view, help students in the process and construction of argumentative writing.

¹ Possui Graduação em Letras (Português/ Inglês) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001); Mestrado (2012); Doutorado (2019) e Pós-doutorado (2023) em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguística Textual (GEPELT) da UFF. Atualmente, é Professora Adjunto A, na área de Letramento acadêmico e ensino de Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Lavras (UFLA), desde 21 de maio de 2025. Possui experiência na educação básica pública municipal, na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e na Prefeitura Municipal de Miguel Pereira (RJ), onde exerceu a função de Presidente do Conselho Municipal de Educação. Também atua como revisora de textos relacionados a áreas de diferentes campos do conhecimento e como professora de apoio em cursos preparatórios para carreiras militares e demais concursos públicos. ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-6963-279X>. E-mail: janine_maria76@yahoo.com.br

² Fábio André Cardoso Coelho é Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutor em Língua Portuguesa pela UNIFESP, sob a supervisão da Profa. Dra. Vanda Elias, Doutor em Língua Portuguesa e Mestre em Literatura Portuguesa pela UERJ. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Textual (GEPELT-UFF). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7193-150X>. E-mail: fabiocoelho@id.uff.br

From a theoretical and methodological point of view, we take as a basis the readings of Cabral (2008), Adam (2011), Charaudeau (2016), Kant (2001), Silva (2017), Marcuschi (2008), Koch ; Elias (2016), Coelho (2016), Emediato (2007) and others. The analyzed corpus comprises some excerpts from ENEM 2015 essays, which had as its theme "The persistence of violence against women in Brazilian society", and

which is still shown to be a subject of great social relevance, given its recurrence in media spaces and to understand an issue that is becoming an increasingly serious problem: misogyny.

Keywords: Text Linguistics; Language Argumentation Theory; Philosophy; Writing; A priori planning

Recebido em: 04/04/2026

Aceito em: 29/04/2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Antes de falarmos da origem filosófica do adjetivo “apriorístico” no sintagma *planejamento apriorístico*, faz-se necessário instituir primeiro a diferença entre os conceitos terminológicos de “plano” e “planejamento”, já que eles, em certa medida, não são sinônimos. Tal observação se deve em função de que, para alguns autores filiados à Teoria da Argumentação na Língua (ADL), ou seja, para aqueles que defendem que a argumentatividade é constitutiva da língua, como Ducrot, Adam, Cabral, Fiorin, Travaglia, entre outros, há perspectivas distintas e, ao mesmo tempo, ponto de contato entre estas duas etapas do processo da escrita argumentativa: o planejamento e o plano textual.

Para os pressupostos da Linguística Textual (LT), denomina-se de *plano textual* a etapa de “**textualização**”. Acredita-se ser a textualização o momento de retomar as informações já recuperadas e, ao mesmo tempo, introduzir novas informações para garantir a coesão dos enunciados entre si. Ou seja, em função do gênero discursivo e da situação comunicativa, constrói-se a materialidade textual seguindo os fatores de textualidade importantes para a qualidade do texto produzido.

Para nossas análises, tratamos de selecionar algumas redações do ENEM 2015 (Exame Nacional do Ensino Médio) que teve como tema da proposta de Redação "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". A escolha pelo ano selecionado se deu pelo fato de ainda ser um assunto que precisa ser discutido e debatido na sociedade brasileira. Muitas mulheres passam por problemas domésticos e são vítimas

de vários tipos de violência. O feminicídio, infelizmente, ainda é algo que faz parte do cotidiano brasileiro.

2 O planejamento apriorístico e suas vertentes textuais, discursivas e filosóficas.

Para estabelecer o percurso que nos levou a adotar a expressão *planejamento apriorístico* para caracterizar a atividade fundamental que considera a produção textual como processo, em primeiro lugar, falaremos da sua origem filosófica. O adjetivo *apriorístico* é derivado do substantivo “apriorismo”, e esse, por sua vez, está associado ao filósofo alemão Immanuel Kant. No século XVIII, havia um debate histórico acirrado entre racionalistas e empiristas. Os racionalistas defendiam que o homem tinha a capacidade inata de raciocinar e, para tudo que existia, havia uma causa inteligível, mesmo que não pudesse ser provada por experimentos. Para eles³, o raciocínio consistia em uma operação mentalista, discursiva e lógica que usava “uma ou mais proposições para extrair conclusões, ou seja, se uma ou outra proposição é verdadeira, falsa ou provável”. Já o empirismo, consistia em defender que todo saber deriva da experiência, ou seja, da prática. Na visão kantiana, trata-se de uma fonte de conhecimento cujas informações são captadas do meio exterior por meio dos nossos sentidos.

A fim de conciliar e superar as limitações de ambas as correntes filosóficas para se chegar à construção do conhecimento, Kant⁴ estabeleceu uma mediação ao propor uma nova abordagem cujo objetivo era buscar o equilíbrio: “Se todo o conhecimento começa com a experiência, nem todo deriva dela”. Ao declarar que todo o conhecimento começa com a experiência, Kant acolhe aspectos do empirismo, porém, ao sustentar que, apesar de começar com a experiência, nem todo conhecimento provém dela, também acolhe de igual modo princípios racionalistas. Nesse sentido, do ponto de vista kantiano⁵:

Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas

³ Disponível em: <https://filosofiadoinicio.com/racionalismo/>. Acesso em 20/04/2026.

⁴ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.htm>. Acesso em 20/03/2026.

⁵ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1781/mes/pura.htm>. Acesso em 20/03/2026.

que se denomina experiência? No tempo, pois, nenhum conhecimento precede a experiência, todos começam por ela. Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona (estimulada somente pelas impressões dos sentidos); aditamento que propriamente não distinguimos senão mediante uma longa prática que nos habilite a separar esses dois elementos.

Essa visão equilibrada de Kant conquistou adeptos em diferentes disciplinas, pois essa maneira conciliatória de enxergar a construção do conhecimento corrobora o aforismo aristotélico que diz que “A virtude está no meio”. O termo *planejamento apriorístico* nos chamou a atenção devido ao nosso interesse pela associação do ensino de língua a diferentes áreas do saber que extrapolam as teorias linguísticas. Ao pesquisar mais profundamente em diversas fontes bibliográficas, percebemos que o termo está genericamente mencionado em Byington (1996), no momento em que ele fala sobre o ensino por imitação e o ensino por abstração. Vimos a expressão mais detalhadamente explicada em Silva (2017), que, inspirado em Byington, mostra que a expressão *planejamento apriorístico* é derivado do substantivo *apriorismo* tal como Kant o conceituou:

Um aspecto muito pujante da postura do apriorismo no que tange à realização de tarefas é o *planejamento apriorístico*. Ele é um privilégio unicamente humano. Ele é a insígnia da conjugação da racionalidade intrínseca à raça humana com os saberes adquiridos sociointerativamente. O *planejamento apriorístico* consiste na possibilidade, de conjugar as capacidades racionais com a experiência adquirida ao longo da vida, a fim de permitir que se possa projetar, imaginar, conceber e preparar um evento, fenômeno ou objeto, sem, necessariamente, ter que estar no momento de sua experienciação concreta propriamente dita. (Silva, 2017, p. 10)

Estabelecido o percurso para que o termo *planejamento apriorístico* fosse adotado, cabe perguntar o que esse apriorismo planejado de Kant tem a ver com a produção textual, sobretudo, nas redações do ENEM, por exemplo, no sentido de conjugar razão e experiência. A fim de entendermos melhor a aplicabilidade dessa estratégia como um possível caminho para a organização das ideias nos textos argumentativos, iremos mostrar abaixo essa relação com os fatores da textualidade e com as 5 (cinco) Competências exigidas no Exame.

3 Relação entre o apriorismo, os fatores da textualidade e as Competências do ENEM

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que tanto nos fatores de textualidade, quanto nas 5 (cinco) Competências, o *apriorismo* se faz aplicável, pois, para realizá-los, as operações do raciocínio, preenchidas pelos conteúdos da experiência, serão capazes de gerar satisfação do ponto de vista interlocucional. Optamos por citar os fatores responsáveis pela textualidade, uma vez que, além de poderem estar presentes em qualquer texto, eles podem funcionar como mecanismos discursivos capazes de planejar e produzir textos argumentativos inteligíveis. Por isso, a fim de reiterar uma concepção interacionista da linguagem, levaremos em conta, principalmente, propriedades que ressaltam esse caráter da atividade verbal, da matéria textual e que estão em harmonia e consonância discursiva – **situacionalidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, intertextualidade, coesão e coerência.**

A **situacionalidade** refere-se aos fatores que tornam um texto adequado para uma situação comunicativa. Para Marcuschi (2008, p.129), “ela é um meio de orientação para a própria produção, funcionando como critério estratégico”. Trata-se, portanto, de determinar em que grau o propósito comunicativo determina ou contribui para os rumos da construção textual. Em se tratando da redação do ENEM⁶ 2015, por exemplo, pode-se perceber essa interferência no enunciado proposto na própria prova:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Pelo exposto no trecho acima, notam-se presentes os elementos que irão normatizar a produção escrita, ou seja, quais os critérios exigidos pelo Exame se fazem

⁶ Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso em 23/03/2026.

necessários para elaborar a redação, como a escolha de termos, o grau de formalidade, a variedade linguística a ser empregada, o tratamento a ser dado ao tema, o gênero discursivo solicitado, etc. Além disso, outras informações são apresentadas, ao final da folha da prova de redação do ENEM, relativas tanto à regulação do Exame (texto escrito à tinta, folha própria, máximo de 30 linhas, rascunho em espaço apropriado, cópia dos textos motivadores ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado) quanto relativas aos critérios de eliminação da prova (texto escrito em prosa, somente dissertativo-argumentativo, sem fuga ao tema, que não apresente parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto e que não apresente proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos).

Cabe ressaltar aqui que as circunstâncias que envolvem o momento de produção das redações do ENEM e dos concursos em geral, têm suma importância, pois os objetivos do sujeito-produtor, vinculados àquilo que ele crê ser a expectativa do sujeito-alvo, no caso o professor-avaliador, vão exigir um rigoroso direcionamento da situação na tentativa de se alcançar a meta planejada: o ingresso na universidade. Portanto, o grande desejo de se obter êxito, aliado à competitividade do Exame, irão conduzir o candidato a produzir um texto que cumpra as exigências do programa, inclusive que tenha concordância com o posicionamento ideológico proposto já a partir da temática abordada na prova.

Para que o candidato cumpra todo esse critério de adequação textual, de forma satisfatória, é importante que ele o faça aprioristicamente, ou seja, conjugue razão e experiência, isto é, para obedecer aos comandos exigidos, ao longo da prova, o sujeito-produtor deverá utilizar de sua experiência adquirida com os usuários da língua – como o domínio da modalidade escrita formal, por exemplo – aliada às operações mentais de raciocínio – como selecionar, definir, organizar, relacionar, etc. para mediar o mundo real e o mundo a ser construído pelo texto. A fim de ilustrar brevemente o que estamos pontuando, segue um exemplo retirado de uma redação nota mil do ENEM 2015:

Permeada pela desigualdade de gênero, a história brasileira deixa clara a posição inferior imposta a todas as mulheres. Essas, mesmo após a conquista do acesso ao voto, ensino e trabalho – negado por séculos –

permanecem vítimas da violência, uma realidade que ceifa vidas e as priva do direito a terem sua integridade física e moral protegida.⁷

No excerto acima, podem-se verificar, além do bom desempenho linguístico do candidato tanto pela seleção lexical quanto pela escolha de registro, as habilidades cognitivas relativas à exposição de ideias e da argumentação – organizar, estruturar, dividir – em torno do problema dado: a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira. Dessa forma, faz-se presente o planejamento apriorístico.

Já a **informatividade**, por ser fundamental e necessária à argumentação, exerce um papel central na composição do texto dissertativo-argumentativo. Por isso, é importante que apresente um número suficiente e adequado de informações, um recurso de autoridade, uma fonte de verdade, um conhecimento histórico, filosófico, científico ou cultural para validar o argumento, pois, sem essa ancoragem, corre-se o risco de cair no senso comum, nos dados previsíveis e de não alcançar o propósito comunicativo desejado. Partindo do pressuposto de que todo texto é produzido com a intenção de ser lido e compreendido pelo sujeito-alvo, é necessário que haja, assim, um equilíbrio entre a fala do conhecido e as falas que trazem a novidade.

Para que o candidato cumpra o critério da informatividade, de forma satisfatória, é importante que ele o faça aprioristicamente, ou seja, conjugue razão e experiência, isto é, para acrescentar informações novas possivelmente inesperadas para a banca, ele terá que se utilizar da sua capacidade racional de selecionar os argumentos mais interessantes para seus fins argumentativos. Aqui cabe a pergunta: de onde ele tirará tais argumentos? E é aqui também que entra o papel do sujeito-produtor que tem uma experiência adquirida através da leitura do mundo e da leitura enciclopédica. Com a intenção de ilustrar brevemente o que estamos pontuando, segue mais um exemplo retirado de uma redação nota mil do ENEM 2015:

Um dos conceitos filosóficos de Francis Bacon, que declara o comportamento humano como contagioso, se aplica perfeitamente à situação. A violência de gênero, conforme permanece a ser reproduzida, torna-se enraizada e frequente. Concomitantemente, a voz das mulheres é silenciada e suas manifestações são reprimidas, o que favorece o mantimento das atitudes misóginas. O ensino veta todo e qualquer tipo de instrução a respeito do feminismo e da igualdade de gênero e

⁷ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso em 23/03/2026.

contribui com a perpetuação da ignorância e do consequente preconceito⁸.

Não se pode esquecer que a **intencionalidade** reveste a comunicação linguística de finalidade. Ela não é apenas um conduto de informações. Trata-se de um princípio cuja pretensão do produtor do texto é tentar realizar suas intenções comunicativas: o sujeito-alvo (leitor ou ouvinte) deve compreender o objetivo da construção linguístico-discursiva realizada pelo sujeito-produtor. Pode-se afirmar que, de alguma forma, é a intencionalidade a protagonista do ato de comunicação.

Para que o candidato demonstre sua intencionalidade, é importante que ele o faça aprioristicamente, ou seja, conjugue razão e experiência. É interessante que ele racionalmente saiba que, dentre outras coisas, terá de “abrir mão”, no caso da redação do ENEM, de seus desejos escriturais e classificar, de forma hierárquica, argumentos que costumam ser utilizados para convencer o sujeito-banca de que ele está preparado para aprovação. Dessa forma, é muito comum os argumentos serem organizados segundo uma certa gradação, isto é, há argumentos que são mais fortes do que outros a favor de uma mesma conclusão. Nessa perspectiva, a argumentação não constitui um fenômeno absoluto, mas gradual. (Cabral, 2017). Segundo Koch; Elias (2016):

Há enunciados de uma classe argumentativa que podem apresentar *uma gradação de força (crescente ou decrescente) no sentido de uma mesma conclusão*. Quando isso acontece, estamos diante de uma **escala argumentativa**. Há elementos da língua que têm por função indicar ou mostrar a força argumentativa dos enunciados, a direção ou o sentido para qual apontam. São os **operadores ou marcadores argumentativos**. (Koch; Elias, 2016, p. 63-64)

Portanto, o sujeito argumentante saberá hierarquizar os argumentos ou por conta da experiência adquirida através do repertório de opiniões, fatos, informações expostos no dia a dia, ou porque aprendeu nos cursos preparatórios para as redações concursivas, sejam eles particulares ou públicos, que, intencionalmente, orientam esses alunos a classificar os argumentos que deverão se utilizar com a intenção de convencer a banca examinadora. A fim de ilustrar o que aqui dissemos, retiramos outro trecho de uma

⁸ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso em 23/03/2026.

redação nota mil do ENEM 2015, em que fica evidente o emprego de enunciados que orientam o interlocutor em direção a certo tipo de conclusão:

De acordo com o mapa da violência de 2012, o número de mortes por essa causa aumentou em 230% no período de 1980 a 2010. **Além da** violência física, o Balanço 2014 relatou cerca de 48% de outros tipos de violência contra a mulher, **dentre esses** a psicológica. O Brasil não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. (...) **Além disso**, há o estigma do machismo na sociedade brasileira (...) ⁹

Num diálogo reversível com a intencionalidade, **a aceitabilidade** é a contraparte dela. Ela diz respeito à atitude do receptor do texto, que o vê, a partir do seu conhecimento de mundo, da situação, das pistas textuais, etc., como coerente, coeso, inteligível e relevante. Para que cumpra esse fator da textualidade, o aluno terá de focar em todas as habilidades da razão, quais sejam: escolha, classificação, definição dos conteúdos para que sejam aceitos pela banca examinadora. Ele poderá saber como fazer, como realizar essas operações racionais, por conta da experiência adquirida e partilhada no contato com outros usuários da língua e também nos cursos ou na escola que, dentre outros fins, já ensinam estrategicamente uma espécie de exemplos de argumentos, recursos de autoridade e citações que, além de geralmente serem aceitos pelos examinadores, cumprem o propósito comunicativo de fundamentar, validar um ponto de vista.

Sobre a **intertextualidade**, podemos dizer que ela apresenta um viés argumentativo forte. Por vezes, exigida e valorizada pelo concurso, temos a intertextualidade ligada ao que se poderia chamar de “polifonia legitimada”. A razão está presente nesse fator num momento em que o aluno tem consciência de que a citação de textos da cultura hegemônica pode causar “grande impacto”, no sujeito-alvo banca, impressionando-o. Eles adquirem essa consciência também através da experiência interlocutiva que assimilam nas aulas de diversas áreas do saber, como na Filosofia, na Sociologia, na Arte, na História, nas Ciências em geral. Geralmente, na escola ou nos cursos preparatórios, os professores relacionam um grande número de temas e os interligam a citações clássicas e eruditas com o fito de chamar atenção do aluno de que o uso da polifonia passa a ser um poderoso recurso redacional, pois, no jogo argumentativo,

⁹ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso em 29/03/2026.

tão importante quanto o dito, é, sobretudo, observar o responsável pelo dizer. Como mostra Koch, a existência da intertextualidade é constitutiva de todo e qualquer discurso, sobretudo o argumentativo:

Usamos a língua na forma de textos e eles são repletos do modo como olhamos e interpretamos o mundo, das nossas crenças e descrenças, dos nossos gostos e desgostos, das nossas escolhas e desescolhas, da remissão a textos que já fazem parte de nossa memória social. Isso está na base da atividade de argumentar. (Koch, 2016, p. 54-55)

Para exemplificar que o expediente estratégico intertextual é recorrente na construção de argumentos, principalmente nas redações do ENEM e dos concursos em geral, mostraremos dois trechos de redações nota mil do ENEM 2015¹⁰:

A crença da subalternidade feminina é construída socialmente. **A filósofa Simone de Beauvoir corrobora isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.** Os dizeres de Beauvoir revelam como a associação da figura feminina a determinados papéis não é condicionada por características biológicas, mas por pré-determinações sociais. (...) Além disso, **a continuidade de práticas violentas contra a mulher é favorecida pelo que o pensador Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica.**

O Brasil ainda não conseguiu se desprender das amarras da sociedade patriarcal. Isso se dá porque, ainda no século XXI, existe uma espécie de determinismo biológico em relação às mulheres. **Contrariando a célebre frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”,** a cultura brasileira, em grande parte, prega que o sexo feminino tem a função social de se submeter ao masculino, independentemente de seu convívio social, capaz de construir um ser como mulher livre.

No que tange à coesão e à coerência, elas também se apresentam como fatores importantes da textualidade, pois, como afirma Koch:

são dois grandes movimentos responsáveis pela estruturação do texto – o de retrospecto e o de prospecto –, realizados em grande parte por meio dos recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos, e, portanto, para a construção da coerência. (Koch, 2006, p. 46)

¹⁰ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso em 29/03/2026.

Além disso, nesses princípios de construção textual, a saber – na coesão e na coerência – razão e experiência se conjugam indissociavelmente, já que para estabelecer os elos intratextuais, o aluno terá que o tempo todo realizar operações cognitivas para o estabelecimento das ideias entre os períodos e parágrafos e, para que ele o faça, deverá ter adquirido uma experiência linguística de encadeamento de ideias lógicas, através de uma leitura de vasta série de textos lidos e partilhados com seus interlocutores, durante a sua formação escolar. Para exemplificar o que foi dito acima, isto é, que a coesão e a coerência possuem em comum a característica de produzir a interrelação semântica entre os elementos do texto, de forma que esses recursos promovam a aceitabilidade, mostraremos um trecho de uma redação nota mil do ENEM 2015¹¹:

Pode-se perceber, **portanto**, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. **Para que** essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar a capacidade de propagação de informação **para** promover a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. **Ademais**, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, **a fim de que** seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, **assim**, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

Depois de estabelecermos a relação entre o apriorismo kantiano com os sete fatores da textualidade, iremos agora relacioná-lo também com as Competências do ENEM e falaremos como cada uma delas conjuga o racional com o empírico:

a) Na Competência I (*Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa*), há o predomínio da experiência, pois é o contato interativo entre os falantes que gera a possibilidade de um determinado usuário dominar a modalidade escrita formal da língua. No entanto, as operações do raciocínio inato (deliberar, planejar, interpretar, relacionar, selecionar) ao ser humano também dela participam, já que, segundo as ciências humanas, só o homem é capaz de aprender línguas. Além disso, espera-se que o sujeito argumentante utilize o registro da língua adequado ao

¹¹ Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf. Acesso 20/03/2026

texto bem como as construções transfrásticas de acordo com a situação comunicativa exigida pelo gênero solicitado. Portanto, é preciso unir a capacidade racional (demonstrar) e experiência a fim de se evitar a perda desnecessária de pontos neste requisito;

b) Na Competência II (*Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa*), há o predomínio da razão, já que a operação de raciocínio requerida é a da compreensão e da aplicação de conhecimentos relativos ao tema. No entanto, faz-se presente também a experiência, pois, para que se chegue à estrutura do texto dissertativo-argumentativo em prosa, o usuário deve ter contato com uma série de textos que circulam socioculturalmente. Por isso, torna-se necessário planejar o texto aprioristicamente, ou seja, para conseguir compreender a proposta de redação e relacionar outras áreas do saber cobradas pelo Exame, unidos à modalidade textual exigida, é preciso conjugar as habilidades de raciocínio com o conhecimento de diversos conceitos da atualidade, da história, da filosofia, etc. Nesse sentido, a escola deverá apresentar um trabalho interdisciplinar, logo é papel de todos os professores, através de um projeto político-pedagógico contínuo, global e sistematizado, pensar em estratégias que possam levar o aluno a estabelecer relações e analogias entre os conceitos dos mais variados campos do pensamento. Em suma, como postula Azeredo (2007), o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita não pode prescindir da colaboração de todas as disciplinas, isto é, ensinar a ler e a escrever deve ser um compromisso de todas as áreas:

O professor que lida com textos e depende dos textos para ensinar os conteúdos das respectivas disciplinas precisa conscientizar-se de que, também ele, ensina o aluno a ler e a escrever. Compete-lhe, portanto, independentemente da área de conhecimento em que atue, alertar e orientar seus alunos para a adequação e justeza da expressão verbal, pelo menos no que se refere à consistência do raciocínio e à propriedade de sua formulação no texto. Essas são condições cruciais do êxito escolar em qualquer nível e que se dá num percurso longo e trabalhoso. (Azeredo, 2007, p. 41-42)

c) Na Competência III (*Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*), há o predomínio da razão nas ações de raciocínio que devem ser praticadas, ações essas de grande teor cognitivo, como selecionar, relacionar, organizar e interpretar e defender pontos de vista. No entanto, também se faz presente a experiência, pois é preciso elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e argumentos que justifiquem a posição assumida pelo sujeito-produtor em relação à temática da proposta de redação. E, para que isso aconteça, o usuário deverá ter uma experiência vasta adquirida através do intercurso interativo com outros usuários, com diversificada bibliografia e outros meios midiáticos. Ademais, não se pode esquecer de que essa Competência trata especificamente do planejamento prévio da escrita, ou seja, do projeto de texto, e é ela a responsável pela coerência escrita do candidato: é importante que o texto não se apresente de forma fragmentada, ele precisa ter uma relação lógica. Portanto¹²:

a expressão mais importante desta competência é o ponto de vista, que se trata de uma tese e como tal precisa ser defendida. Essa defesa se dará por processo lógico. Logo, o INEP espera que o candidato escolha informações pertinentes em seu repertório sobre o assunto dissertado. Informações que, no decorrer do texto, precisam ser coerentes com todo o desenvolvimento textual, pois precisam estar organizadas dentro de uma progressão, ou seja, um texto que se desenvolva de maneira contínua, sem retrocessos ou avanços que comprometeriam a clareza.

d) Na Competência IV (*Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*), há o predomínio da experiência, já que o sujeito-produtor deve demonstrar o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, através do uso das conjunções, dos advérbios, das elipses, dos sinônimos, dos hiperônimos, dos hipônimos, dos pronomes variados. No entanto, também se faz presente a razão, pois só um cérebro do tipo humano consegue absorver e abstrair aspectos linguísticos que dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação;

¹² Disponível em: <https://www.escala.com.br/conhecimento-pratico-lingua-portuguesa-e-literatura-ed-78-p1210>. Acesso em: 03/03/2026.

e) Na Competência V (*Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos*), há o predomínio da experiência, já que a interação das relações humanas que criará aquilo que vem se chamando de “politicamente correto” (não se pode pregar ou defender imposições arbitrárias, que firam a dignidade humana e pregue a segregação) e, nessa hora, deve ser ali enunciado por conta do já mencionado contrato de comunicação. No entanto, também se faz presente a razão, uma vez que nesse momento – elaboração da proposta – se dá destaque aos pontos essenciais aos quais chegou o raciocínio do sujeito-produtor. Por isso, é necessário apresentar uma intervenção social detalhada para o problema discutido na temática da prova de redação e ela deve ter relação com os argumentos defendidos. Além disso, espera-se que um aluno, ao final da educação básica, consiga dar respostas, propor soluções e intervenções (se possível, eficazes) para os problemas enfrentados pela sociedade moderna.

Diante ainda do conceito de *planejamento apriorístico*, cabe ressaltar que a própria definição de “argumentação”, para Charaudeau, a nosso ver, preconiza o apriorismo kantiano, uma vez que o modo de organização argumentativo é uma atividade discursiva que se constitui e se funda justamente nas operações lógicas (selecionar, relacionar, analisar, comparar, interpretar...) e na experiência individual e social (classe social, contexto histórico, crenças, saberes, conhecimento de mundo...) do sujeito argumentante, como se pode notar na citação: “O argumentativo está em contato com um saber que tenta **levar em conta a experiência humana através de certas operações do pensamento.**” (Charaudeau, 2016, p. 201). Tal constatação pode ser corroborada por Emediato:

Enquanto uma atividade discursiva, a argumentação persegue a racionalidade e o ideal da verdade, visando à explicação dos fenômenos e dos problemas que interessam aos homens. Entretanto, como resalta Charaudeau, trata-se de um ideal, pois mesmo quando **tais fenômenos são passíveis de uma explicação universal, eles são, todavia, percebidos através de filtros da experiência individual e social das pessoas, experiência determinada no tempo, no espaço e na cultura, assim como também de filtros relativos às operações tipicamente mentais dos seres humanos que formam esquemas explicativos.** (Emediato, 2007, p. 163) (grifo nosso)

Além disso, para convencer o interlocutor, para fazê-lo aderir ao ponto de vista defendido, é necessário mostrar as aptidões de raciocínio (deduzir, argumentar, interpretar, analisar, inferir, relacionar...) na escolha das ideias e argumentos que serão construídos e desenvolvidos ao longo do texto, unidas às experiências e ao conhecimento compartilhado do sujeito argumentante. Por isso, para Koch:

A argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a *experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal* de uma situação com finalidade persuasiva. (Koch, 2016, p. 24)

Acreditamos que, se associarmos, de forma consciente, o ensino da produção textual ao *apriorismo*, isto é, na junção das operações racionais com as experiências adquiridas no mundo, através do desenvolvimento da operação do *planejamento apriorístico*, gradativamente, com prática, afino e interesse, um número maior de alunos poderá ser bem sucedido na confecção dos textos dissertativo-argumentativos requeridos pela instituição escolar, pelo ENEM, pelos concursos, em geral, e para a vida.

4 Considerações Finais

Sempre que concluímos um trabalho, uma pesquisa, temos a sensação de que, na verdade, estamos finalizando apenas uma etapa que deverá ser continuada ao longo de uma qualificação contínua que viemos buscando desde o início da nossa vida escolar. Não se acaba definitivamente uma pesquisa. Ela apenas abre mais um veio para a continuação do estudo e da reflexão das questões que permaneceram em aberto pela própria natureza do trabalho intelectual reflexivo. Como ressalta Antunes (2016, p. 14), "é normal toda obra ter um caráter de incompletude, na medida em que se espera a participação reflexiva, crítica e criadora de cada professor (pesquisador) que atua no exercício do ensino de língua". Portanto, trata-se de uma proposta de reflexão que traz uma espécie de expectativa de uma continuidade que irá se dar a partir de cada leitura, em cada avaliação e reformulação empreendida pelo leitor (pesquisador).

No que tange ao *planejamento apriorístico*, acreditamos ser ele uma espécie de protagonista do processo da atividade da escrita, já que, através dele, é possível chegar ao

sucesso da escrita do texto dissertativo-argumentativo. A contribuição dessa proposta no processo de construção textual marca uma mudança significativa na compreensão do sujeito-produtor em saber utilizar os mecanismos de ordem racional. Coelho (2016) nos chama a atenção para a importância do professor no planejamento e coordenação das atividades de ensino que promovam a produção discursiva, a compreensão dos gêneros e as formas textuais com suas análises. Nesse sentido, o sujeito-produtor dos textos poderá entender a importância de seu texto e do seu ato de escrita, do seu papel como sujeito-argumentador e da sua responsabilidade no ato de dizer.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 2008.
- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Irandé. *Aulas de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- AZEREDO, José Carlos. A quem cabe ensinar a leitura e a escrita? In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *A redação do Enem 2016*. Guia do participante. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). Brasília: Ministério da Educação, 2012.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.
- COELHO, F. A.; PALOMANES, R. (org.). *Ensino de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2016.
- EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, Luis Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA, Maurício da. *Minicurso de redação: como organizar ideias no texto dissertativo*. Disponível

em: http://www.profmauriciodasilva.pro.br/pdf/curso_redacao.pdf. Acesso em 30/03/2023